



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RCD no HABEAS CORPUS Nº 552261 - CE (2019/0375365-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
REQUERENTE : ITALO TAVARES FERREIRA (PRESO)
ADVOGADO : PHABLO HENRIK PINHEIRO DO CARMO - CE032714
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração formulado em benefício de ITALO TAVARES FERREIRA contra decisão desta Relatoria que indeferiu a medida liminar pleiteada na presente impetração (e-STJ fls. 145/147).

A defesa pediu a reconsideração do pedido liminar, sustentando que o paciente está preso desde 2/8/2020 e não concorreu para a demora na tramitação do feito.

Sustenta que a situação de pandemia, em decorrência da propagação do novo coronavírus causador da covid-19, representa alteração do cenário fático, sobremaneira por conta da precária condição dos presídios brasileiros e ressalta os termos da Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Reitera, ao final, o pedido liminar com a revogação da prisão preventiva, mediante a imposição de outras medidas cautelares, na forma do artigo 319 do Código de Processo Penal, se necessário.

É o relatório. **Decido.**

Inicialmente, no que concerne à alegação de alteração do cenário fático em decorrência do risco representado pela propagação do novo coronavírus, verifica-se que o referido argumento não foi analisado pela Corte de origem, o que inviabiliza sua análise no Superior Tribunal de Justiça.

Como cediço, “matéria não apreciada pelo Juiz e pelo Tribunal de segundo grau não pode ser analisada diretamente nesta Corte, sob pena de indevida supressão de instância” (AgRg no HC n. 525.332/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019).

No mesmo sentido, é da Corte Maior que “o exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do Supremo Tribunal Federal, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta Corte (HC n. 129.142/SE, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC n. 111.935/DF, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC n. 97.009/RJ, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC n. 117.798/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014)” (AgRg no HC n. 177.820/SP, Relator Min. ALEXANDRE DE MORAES,

Primeira Turma, julgado em 6/12/2019, DJe 18/12/2019).

Não se desconhece o grave momento que estamos vivendo, diante da declaração pública da situação de pandemia pelo novo coronavírus, no dia 30 de janeiro de 2020, pela Organização Mundial de Saúde, que requer a adoção de medidas preventivas de saúde pública para evitar a sua propagação.

Nesse sentido, a Recomendação n. 62 do CNJ, de 17 de março de 2020, estabelece medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, *in verbis*:

Art. 1º Recomendar aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos estabelecimentos do sistema prisional e do sistema socioeducativo.

Parágrafo único. As recomendações têm como finalidades específicas:

I – a proteção da vida e da saúde das pessoas privadas de liberdade, dos magistrados, e de todos os servidores e agentes públicos que integram o sistema de justiça penal, prisional e socioeducativo, sobretudo daqueles que integram o grupo de risco, tais como idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções;

II – redução dos fatores de propagação do vírus, pela adoção de medidas sanitárias, redução de aglomerações nas unidades judiciárias, prisionais e socioeducativas, e restrição às interações físicas na realização de atos processuais; e

III – garantia da continuidade da prestação jurisdicional, observando-se os direitos e garantias individuais e o devido processo legal.

Todavia, os documentos carreados aos autos não evidenciam que o paciente se encontra nas hipóteses previstas na Recomendação n. 62 do CNJ para fins de revogação da prisão preventiva, ou concessão da prisão domiciliar. Esta análise deve ser feita pelo Juízo processante, que está perto da realidade carcerária e tem maior conhecimento acerca da situação de aglomeração do estabelecimento prisional.

Além disso, cumpre esclarecer que, consoante consignado na decisão impugnada, em uma análise perfunctória, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência. Isso porque, ao que parece, o tempo de tramitação do feito se mostra razoável ante as peculiaridades do caso concreto, destacadas pelo Tribunal de origem, nos seguintes termos (e-STJ fl. 12):

No caso, o paciente foi preso em flagrante delito no dia 02.08.2019, junto com outros três indivíduos, por suposta prática do crime de tentativa de homicídio, sendo a prisão flagrancial convertida em preventiva em 03.08.2019.

A denúncia foi oferecida em 20.08.2019, as respostas à acusação foram apresentadas em 31.10.2019, 04.11.2019 e 12.11.2019, o que propiciou a ratificação do recebimento da denúncia em 14.11.2019, sendo a audiência de

instrução e julgamento designada para o dia 10.03.2019.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro o presente pedido de reconsideração**. Recomendo, no entanto, ao Juízo processante que reexamine a necessidade da segregação cautelar, tendo em vista o disposto na Recomendação n. 62 do CNJ, de 17 de março de 2020.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator